

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO PÚBLICA APLICADA À EDUCAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO PÚBLICA APLICADA À EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: DESAFIOS NA GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO PÚBLICA
RESUMO
Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ADMINISTRAR É DECIDIR! DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO
AULA 2 INTRODUÇÃO MODELOS DE ESTADO MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO MODELOS DE ESTADO
AULA 3 INTRODUÇÃO O INESPERADO INCONGRUÊNCIAS MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO A IDEIA BRILHANTE
AULA 4 INTRODUÇÃO GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE A REFORMA BRASILEIRA CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 5 INTRODUÇÃO PROJETO INOVA GOV

APRENDIZADO COM O INOVAGOV
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO
A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS
MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>.
- INOVAÇÃO. In: Wikipedia. [S.d.]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inovação>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- KOCH, P.; HAUKNES, J. On innovation in the public sector – Today and beyond. PUBLIN Project on Innovation in the Public Sector. Report n. D20. Oslo: Nifu Step, 2005.

DISCIPLINA:

ESTRUTURA GERAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

RESUMO

Esta disciplina aborda sobre a gestão descentralizada das políticas públicas no Brasil. Habilidades e competências: descrever e analisar como se deu o processo de redefinição da gestão pública brasileira pós-Constituição de 1988; compreender e documentar como ocorreu a descentralização das políticas públicas; identificar e construir conceituações sobre controle social; explicar e justificar a importância da participação democrática nas decisões e ações públicas; descobrir e registrar como os conselhos gestores podem colaborar na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA
DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
CONTROLE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NAS DECISÕES E AÇÕES PÚBLICAS
CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 2

ESTRUTURA GERAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MODALIDADES DE ENSINO
SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

AULA 3

ORIGENS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
A GESTÃO DEMOCRÁTICA
O CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COLETIVO

AULA 4

INSTITUIÇÕES SOCIAIS

A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA

O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

A INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO CONTEXTO ESCOLAR

AULA 5

ESCOLA-FAMÍLIA: AGENTES COMPLEMENTARES

ESTILOS PARENTAIS

A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA VIDA ESCOLAR DAS CRIANÇAS

COMPROMISSOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA

ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ATRAIR OS PAIS A PARTICIPAR DA VIDA ESCOLAR

AULA 6

SER PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE

CRISE DE IDENTIDADE: DESCARACTERIZAÇÃO E DESPROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

OS PILARES DA EDUCAÇÃO

DESAFIOS E INCERTEZAS DA PROFISSÃO DOCENTE NA ATUALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2011.
- GONH, Maria Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. Disponível em:
http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?view=article&catid=72%3Arevista-2009-numero-11-&id=318%3Aa-gestao-descentralizada-e-participativa-das-politicas-publicas-no-brasil-resumo&format=pdf&option=com_content&Itemid=114. Acesso em 10 de fev. 2017.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O cérebro é o maestro de nossos pensamentos, sentimentos, ações, reações, de nosso comportamento em geral. O entendimento de como ele funciona traz evidente vantagem para se compreender o que motiva ou desmotiva as pessoas, como pensam e reagem sob certas circunstâncias e como fazem decisões. Por isso, tais conhecimentos têm sido amplamente aplicados à comunicação e negócios, melhorando processos e pessoas, maximizando suas eficácias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

PROTAGONISTAS DA NEUROCIÊNCIA NOS NEGÓCIOS

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS
CONCEPÇÕES DE SER HUMANO
SISTEMA DE RECOMPENSA DO CÉREBRO (SRC)

AULA 2

INTRODUÇÃO
MODELO DE TEORIA DA CONSISTÊNCIA
COMO AMPLIAR AS 4 NECESSIDADES BÁSICAS
FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PESSOAL
AVALIAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PESSOAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONCEITOS E ESTILOS MODERNOS DE LIDERANÇA
AVALIAÇÃO DOS ESTILOS DE LIDERANÇA
MODELO ACTIVE
PERFECT – AS CARACTERÍSTICAS DO NEURO LÍDER

AULA 4

INTRODUÇÃO
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (IE)
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (IE) NO CONTEXTO DA LIDERANÇA/GESTÃO ORGANIZACIONAL INTERNACIONAL
TÉCNICAS PARA GERIR AS EMOÇÕES I
TÉCNICAS PARA GERIR AS EMOÇÕES II

AULA 5

INTRODUÇÃO
TREINANDO REGIÕES CEREBRAIS I: CÉREBRO PENSAnte
TREINANDO REGIÕES CEREBRAIS II: CÉREBRO DAS EMOÇÕES
TREINANDO REGIÕES CEREBRAIS III: RECOMPENSA, AÇÃO, SENSAÇÃO
TREINANDO PROCESSOS CEREBRAIS

AULA 6

INTRODUÇÃO
MICROBIOMA OU MICROBIOTA INTESTINAL
SONO
EXERCÍCIO E ATIVIDADES FÍSICAS
PLASTICIDADE E PRÁTICAS NEURÓBICAS

BIBLIOGRAFIAS

- NOLTE, J. Neurociência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- RANG, H. P. et al. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ROCHA, E. T. et al. Novas técnicas de neuroimagem em psiquiatria: qual o potencial de aplicações na prática clínica? Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 23, supl. 1, p. 58-60, maio 2011.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESUMO
<p>A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES? A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DESENVOLVIMENTO HUMANO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES</p>

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)

CONSELHO TUTELAR: O QUE É

CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA

CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

PODER JUDICIÁRIO

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- RIPLEY, R. B. Stages of the Policy Process. In: MCCOOL, D. C. (Org). Public Policy, Theories, Models, and Concepts: An Anthology. NJ: Prentice Hall, 1995.

DISCIPLINA:

GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

Ao nos remetermos ao ambiente escolar, um dos profissionais que tomam a frente de inúmeras situações ocorridas no dia a dia educacional é, sem dúvida, o pedagogo. Com certeza você lembra desse profissional atuando em alguma escola em que estudou, assim como dos afazeres que ele exercia diariamente, porém, não imagina a grandeza e importância de suas ações para toda a comunidade escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ELEMENTOS DEFINIDORES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

AULA 2

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM BASE NO PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

AULA 3

MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA

CONHECENDO OS MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA

AULA 4

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA

CUIDADOS NA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS

AULA 5

O QUE É O CONSELHO DE CLASSE?
DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE

AULA 6

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
DESAFIO DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA

BIBLIOGRAFIAS

- SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2003.
www.inep.gov.br

DISCIPLINA:

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O ENSINO

RESUMO

Expressões como “mundo digital”, “cibercultura”, “era da informação”, entre outras, são comumente utilizadas nos últimos 15 anos para designar a atual situação da sociedade em relação ao desenvolvimento das novas tecnologias e suas influências nas relações humanas. A educação, por ser um produto social dos seres humanos, não pode se furtar a essas influências.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
FERRAMENTAS DIGITAIS X INOVAÇÃO: É PRECISO TECNOLOGIA DE P
O PAPEL DO APRENDIZ E DO EDUCADOR
CURADOR INFORMACIONAL
ALFABETIZAÇÃO DIGITAL E LETRAMENTO DIGITAL: ESTUDANTE COMO
PRODUTOR DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

AULA 2

INTRODUÇÃO
A APRENDIZAGEM CRIATIVA NA PRÁTICA
A CRIATIVIDADE E OS QUATRO "PS" DA APRENDIZAGEM CRIATIVA
PROJETOS E PAIXÃO
PARES E PENSAR BRINCANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEFINIÇÃO DE CONSTRUCIONISMO E SEUS PILARES TEÓRICOS
A BNCC E A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO NOS CURRÍCULOS
ENSINANDO AS BASES DAS LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO SEM
COMPUTADOR E SEM ESCRITA
SCRATCH – A EVOLUÇÃO DA LINGUAGEM LOGO EM FORMA DE BLOCOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS MODELOS DE ENSINO HÍBRIDO: OS MODELOS PROGRESSIVOS OU
SUSTENTADOS

PRINCIPAIS MODELOS DE ENSINO HÍBRIDO: MÉTODOS DISRUPTIVOS
O ENSINO HÍBRIDO, AS TDIC E SUAS INFLUÊNCIAS NO FUTURO DA ESCOLA TRADICIONAL
O ENSINO HÍBRIDO E AS METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

A EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA NOS TEMPOS DE INTERNET

A EDUCAÇÃO PARA A INFORMAÇÃO NOS TEMPOS DE INTERNET

O JORNAL ELETRÔNICO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS

A RÁDIO ESCOLAR EM TEMPOS DE INTERNET

AULA 6

INTRODUÇÃO

REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO

A REALIDADE VIRTUAL (RV) NA EDUCAÇÃO

INTERAÇÃO A QUALQUER TEMPO: GAMIFICAÇÃO

PLATAFORMAS E FERRAMENTAS DE GAMIFICAÇÃO: COMO ELABORAR ESTRATÉGIAS PARA GAMIFICAR AULAS

BIBLIOGRAFIAS

- ARTHUR, R. This Wearable Helps Kids Learn Tech Skills Through Active Play. Disponível em: www.forbes.com/sites/rachelarthur/2016/05/11/this-wearable-helpskids-learn-creative-tech-skills-through-active-play/amp/. Acesso em: 17 dez. 2018.
- FRADE, I. C. A. da S. Alfabetização digital. In: UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Educação. Glossário Ceale. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-digital>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- GADOTTI, M. Educação integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É ÉTICA?

FUNDAMENTOS DA ÉTICA

ÉTICA NA HISTÓRIA

ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO

DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO

DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE

TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE CIDADANIA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO

DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS

PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS

IMIGRANTES E REFUGIADOS

POPULAÇÃO LGBT

A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO

INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BITTAR, E. C. B. Curso de Ética Jurídica. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155- 167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>. Acesso em: 27 nov. 2018.

DISCIPLINA:

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E A GESTÃO PEDAGÓGICA

RESUMO

O objetivo dessa disciplina é promover uma reflexão sobre as questões históricas relativas à administração, para que, assim, possamos compreender a evolução desse conceito e sua

aplicabilidade à educação, buscando contribuir para a ressignificação do papel do pedagogo frente à gestão educacional da escola, já que este deve ser o mediador da prática educativa escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRIA E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO
FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO
TGA
ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
TEORIAS ADMINISTRATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL

AULA 2

A EMPRESA E A ESCOLA
A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA
A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA
ESCOLA: EDUCAÇÃO
ESCOLA VERSUS NOVAS GERAÇÕES

AULA 3

CONCEITO DE GESTÃO
GESTÃO EDUCACIONAL
GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO ESCOLAR VERSUS GESTÃO EMPRESARIAL
O TRABALHO NA ESCOLA

AULA 4

A FUNÇÃO DA ESCOLA BÁSICA
CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL

AULA 5

PRÁXIS DA GESTÃO ESCOLAR
A UTOPIA NA PRÁXIS ESCOLAR
LIMITES NA PRÁXIS ESCOLAR
DESAFIOS NA PRÁXIS ESCOLAR
PAPEL DO GESTOR NO ESPAÇO ESCOLAR

AULA 6

INTRODUÇÃO
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
POPULAÇÃO LGBT
A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BARTNIK, Helena L. de Souza. Gestão Educacional. Curitiba: Ibpex, 2011.

- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA:
PLANEJAMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RESUMO

A temática que será tratada na disciplina de Políticas Educacionais é a organização e desenvolvimento da escola brasileira, considerando as formas de intervenção do Estado na educação escolar: as políticas, o planejamento e a legislação da educação. Nesse sentido, iremos discutir o papel do Estado na formulação das políticas e, conseqüentemente, as legislações, no campo educacional, pautados na seguinte estrutura: • apresentação de uma breve concepção de Estado; • o Estado nas concepções dos autores contratualistas e a acepção socialista de Estado; • a agenda política e seu contexto de produção. • o planejamento das políticas e a legislação da educação no contexto do direito à educação.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O ESTADO NA VISÃO DOS AUTORES CONTRATUALISTAS E NO CONTEXTO DO DIREITO

O ESTADO NA VISÃO SOCIALISTA

A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA

O PLANEJAMENTO DA POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO À LUZ DO DIREITO À EDUCAÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

AS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS DE 1990

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

GESTÃO DA ESCOLA E GESTÃO DOS SISTEMAS

O PAPEL DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL ARTICULADO

O PNE E OS PLANOS DE EDUCAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE) – LEI N. 13.005

A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95 E O LIMITE DE GASTOS PÚBLICOS COM A EDUCAÇÃO

NOVAS REFORMAS NA EDUCAÇÃO PÓS-2016

DA NEGAÇÃO DA DIVERSIDADE À ASSUNÇÃO DO NEOCONSERVADORISMO:

ESCOLA SEM PARTIDO E DEBATE DE GÊNERO NA ESCOLA

AULA 5

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL OBRIGATÓRIA A PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE
NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

AULA 6

INTRODUÇÃO

REFORMA DAS CARREIRAS E PREVIDENCIÁRIA

OS MOVIMENTOS SOCIAIS RESISTEM: MOVIMENTOS EM BUSCA DE
MANUTENÇÃO DE DIREITOS

A EDUCAÇÃO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA EDUCAÇÃO

NOVOS DESAFIOS DO ENSINO E DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE
PANDEMIA

BIBLIOGRAFIAS

- CARISSIMI, A. C. V. Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP - Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015. 203 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.
- CURY, C. R. J. Direito à educação, direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho/2002.
- DALLARI, D. A. Elementos de teoria geral do estado. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DISCIPLINA:

FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA

ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS

FUNÇÕES DO GOVERNO

FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO

AULA 2

NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO

CICLO ORÇAMENTÁRIO

PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

AULA 3

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

AULA 4

HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS: CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

AULA 5

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA):
NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, R.; CARVALHO, J. Lei n. 8.112/90 Esquematizada. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009. (Série Concursos).
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Glossário de Termos. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Discutir políticas sociais para pessoas com deficiência e pessoas idosas faz parte do cotidiano do assistente social nos mais variados espaços de atuação profissional, pois trata-

se de uma temática que permeia todos os espaços sociais. Seja em políticas como saúde, assistência social, previdência social e educação, seja em espaços como empresas, judiciário e terceiro setor, as pessoas com deficiência e idosas estão inseridas. Nesse sentido, conhecer esse público – sua realidade, particularidades, conceitos e legislações – é relevante para toda a sociedade, bem como para os profissionais do Serviço Social que trabalham diretamente com essas demandas e devem estar preparados para atender e facilitar o acesso à informação e direitos desse público nos mais variados espaços. Assim, o assistente social busca a compreensão das pessoas idosas e com deficiência em sua integralidade, identificando sua realidade social, cultural, econômica, política e histórica, que impacta diretamente no cotidiano das pessoas e no acesso aos bens, serviços, direitos etc. Não podemos categorizar esse público com base em apenas um viés ou uma definição unilateral, mas compreender que aspectos como os econômicos e os sociais impactam diretamente na vida dessas pessoas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POR QUE DISCUTIR PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA?
COMPREENDENDO A REALIDADE BRASILEIRA
CONCEITUANDO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CONCEITUANDO PESSOA IDOSA
CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 2

O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS
TRANSPONDO AS BARREIRAS DO PRECONCEITO
O IMPACTO DA DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO E RELAÇÕES SOCIAIS
PROTEÇÃO SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL
AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 3

A ACESSIBILIDADE
AUTONOMIA
INCLUSÃO SOCIAL
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 4

O ENVELHECIMENTO NO BRASIL
TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CONCEITO DE PESSOA IDOSA
A DESIGUALDADE SOCIAL E O ENVELHECIMENTO
HISTÓRICO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO IDOSO
PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS

AULA 5

DIREITOS HUMANOS DO IDOSO
POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO
ESTATUTO DO IDOSO
POLÍTICAS SOCIAIS E O IDOSO
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO IDOSO

AULA 6

DIVERSIDADE: PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA
SERVIÇO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À POLÍTICA DO IDOSO
ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS

BIBLIOGRAFIAS

- BAMPI, L. N. da S.; GUILLEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 18, n.4, Ribeirão Preto, 2010.
- BITENCOURT, R. O. M. de. Políticas de assistência e previdência social voltadas à pessoa idosa: um estudo nos municípios do conselho regional de desenvolvimento do litoral norte/RS – Corede Litoral. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Defesa: Curitiba. 2020.
- BRASIL. Lei n. 10.754, de 31 de outubro de 2003. Altera a Lei n. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

DISCIPLINA:

NEUROLIDERANÇA E NEUROCOACHING

RESUMO

O cérebro é o maestro de nossos pensamentos, sentimentos, ações, reações, de nosso comportamento em geral. O entendimento de como ele funciona traz evidente vantagem para se compreender o que motiva ou desmotiva as pessoas, como pensam e reagem sob certas circunstâncias e como fazem decisões. Por isso, tais conhecimentos têm sido amplamente aplicados à comunicação e negócios, melhorando processos e pessoas, maximizando suas eficácias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PROTAGONISTAS DA NEUROCIÊNCIA NOS NEGÓCIOS
NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS
CONCEPÇÕES DE SER HUMANO
SISTEMA DE RECOMPENSA DO CÉREBRO (SRC)

AULA 2

INTRODUÇÃO
MODELO DE TEORIA DA CONSISTÊNCIA
COMO AMPLIAR AS 4 NECESSIDADES BÁSICAS
FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PESSOAL
AVALIAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PESSOAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONCEITOS E ESTILOS MODERNOS DE LIDERANÇA
AVALIAÇÃO DOS ESTILOS DE LIDERANÇA
MODELO ACTIVE
PERFECT – AS CARACTERÍSTICAS DO NEURO LÍDER

AULA 4

INTRODUÇÃO
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (IE)
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (IE) NO CONTEXTO DA LIDERANÇA/GESTÃO
ORGANIZACIONAL INTERNACIONAL
TÉCNICAS PARA GERIR AS EMOÇÕES I
TÉCNICAS PARA GERIR AS EMOÇÕES II

AULA 5

INTRODUÇÃO
TREINANDO REGIÕES CEREBRAIS I: CÉREBRO PENSAnte
TREINANDO REGIÕES CEREBRAIS II: CÉREBRO DAS EMOÇÕES
TREINANDO REGIÕES CEREBRAIS III: RECOMPENSA, AÇÃO, SENSAÇÃO
TREINANDO PROCESSOS CEREBRAIS

AULA 6

INTRODUÇÃO
MICROBIOMA OU MICROBIOTA INTESTINAL
SONO
EXERCÍCIO E ATIVIDADES FÍSICAS
PLASTICIDADE E PRÁTICAS NEURÓBICAS

BIBLIOGRAFIAS

- NOLTE, J. Neurociência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- RANG, H. P. et al. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ROCHA, E. T. et al. Novas técnicas de neuroimagem em psiquiatria: qual o potencial de aplicações na prática clínica? Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 23, supl. 1, p. 58-60, maio 2011.